

Farra Arriscada

O deputado Inocêncio de Oliveira deu a entender que o Congresso anda preocupado com a imprensa. Mas a imprensa está ainda muito mais preocupada com o Congresso. Com sua total indiferença pela opinião pública, seu absoluto desprezo pelo equilíbrio das finanças públicas, sua vergonhosa desfaçatez perante o contribuinte, sua chocante inoportunaidade em legislar de forma suntuária em causa própria, no momento em que avaliza medidas que imporão sacrifícios ao cidadão que financia esta festa pobre.

Ao derrubar — em votação secreta e numa sessão de quorum excepcional — o veto presidencial que limitava o salário máximo do funcionalismo público a 90% dos vencimentos de ministros de estado e promover a isonomia salarial dos parlamentares com os ministros do STF, suas excelências abriram um boqueirão que levará de cambulhada o programa de estabilização do governo. E isto enquanto o ministro Fernando Henrique Cardoso tenta, em Washington, regularizar a situação do Brasil na comunidade internacional.

A derrubada implicará de saída um aumento de 23,66% nos salários dos parlamentares e servidores comissionados do Legislativo, e de 95,14% nos salários de ministros de estado, presidentes e diretores de estatais, tornando inócuo o teto salarial para todo o funcionalismo público. Agiram como os supermercados e oligopólios: remarcaram preventivamente seus salários na base do “pouca farinha, meu pirão primeiro”.

Hebe Camargo já deve ter concluído que esta única e fatídica quarta-feira de esforço secretamente concentrado deverá ficar na História como *black wednesday*. Lideranças defendiam para as galerias o veto, enquanto o baixo clero embuçado acrescentava cerca de US\$ 1 mil no contracheque de todos. Tudo foi orquestrado pelo deputado Wilson Campos (PMDB-PE): na presidência dos trabalhos, estendeu a duração da sessão até que houvesse quorum suficiente para que todos se locupletassem.

Quando se trata de votar assuntos de interesse

da nação — a reforma do Estado, a revisão dos monopólios estatais e da imunidade parlamentar, o voto facultativo —, os políticos negaceiam, postergam ou sabotam. Pelas contas do próprio Inocêncio, dois terços dos parlamentares perderam o endereço do Congresso ou só se apresentam sob ameaça de castigo ou para saborear algum brinde. Na hora de engordar a folha com o dinheiro do contribuinte, o quorum é excepcional.

Dos 400 deputados presentes na quarta-feira negra, 296 votaram a favor do aumento, 54 contra e 11 se abstiveram. Para sua honra, o PT se opôs em bloco a essa ação vil. Seus deputados se ausentaram para que não pairasse dúvida sobre a atitude da bancada na votação secreta.

Não por acaso, os deputados Roberto Cardoso Alves (“é dando que se recebe”) e Zequinha Sarney eram os mais esfuziantes com o triunfo corporativo. Em contraste, o deputado Aloisio Mercadante fazia a previsão sombria de que o Congresso se desmoralizaria ao aprovar aumento de salário dos deputados e senadores e, ao mesmo tempo, permitir que o salário do trabalhador do setor privado fosse reajustado pela média dos últimos quatro meses. O tucano José Serra foi mais conciso: “Foi uma votação eticamente abominável e politicamente desastrosa.”

No contexto de um Estado irresponsável, o propósito do procurador da Câmara, deputado Vital do Rego, de zelar pela imagem do parlamento e defender a honra de seus membros em face de Hebe Camargo adquire sobretons surrealistas. Na verdade, a apresentadora já deve ter percebido que, a partir dessa quarta-feira, o lema da Câmara passa a ser: *Après nous, le déluge*.

Como o quorum no Senado estava baixo (37 senadores, quando eram necessários 42 votos para a derrubada do veto), a sessão na Câmara Alta foi suspensa. É para lá que agora se dirige o olhar do povo brasileiro: os senadores deverão decidir se vão coonestar esta impatriótica farra de honorários ou se vão deter o dilúvio.